



**INFÂNCIA E POLÍTICAS PÚBLICAS: ANÁLISE DE ARTIGOS CIENTÍFICOS SOBRE
AS “PRÁTICAS DE CUIDADO” EM SAÚDE MENTAL INFANTIL NO BRASIL**

Marx Eduardo de Sá¹
João Diógenes Ferreira dos Santos²

INTRODUÇÃO

Este trabalho propõe realizar uma análise de artigos científicos que tratam da saúde mental infantil e as políticas públicas brasileiras que sustentam as práticas de cuidado com crianças em sofrimento psíquico. Vale ressaltar, que o trabalho pretende analisar a história e a memória do papel do Estado frente às essas questões, desde o período colonial aos dias atuais com a implantação dos Centros de Atenção Psicossocial – Infância e Adolescência (CAPSia).

A saúde mental sempre foi um tema complicado para o Estado no que diz respeito aos cuidados adequados e à necessidade de criação de políticas públicas para atender à demanda daqueles que, no seio do senso comum, são *tratados* como loucos. Segundo Foucault, “certos loucos, antes mesmo que construam casas especiais para eles, são recebidos e tratados nos hospitais como loucos” (FOUCAULT, 2012, p.10). Numa sociedade capitalista, regida em grande parte pelo positivismo e seus recortes de produção de lógicas de controle sobre os corpos, aquilo que escapa a tal força lógica é tido como uma espécie de anomalia em relação aos padrões que sustentam o poder. Uma vez que os loucos escapam à ordem, fica claro o grande desafio do Estado em estabelecer um olhar mais efetivo e de pautas prioritárias na criação de novas e/ou no melhoramento prático-ético das políticas públicas destinadas à saúde mental.

Atualmente, há um forte discurso do Estado em um olhar atento e cuidadoso com a saúde mental. Mas, o que vemos historicamente é uma lentidão nas leis e na ampliação de práticas de bem-estar psicossocial, especialmente no que diz respeito a crianças e adolescentes. O poder do diagnóstico serve muito mais para fins de controle que realmente

1 Psicólogo, Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Especialista em Fundamentos Sociais e Políticos da Educação pela UESB. Endereço eletrônico: marx.sa@gmail.com

2 Doutor em Ciências Sociais. Professor e Pesquisador do Departamento de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Endereço eletrônico: jdiogenes69@gmail.com



de tratamento. Através dos psicofármacos, é toda uma biopolítica (FOUCAULT, 2008) que se instaura, sem qualquer interesse no tempo como duração, na resposta do corpo³ e do desenvolvimento da natureza psíquica. Para Moura, “se a etiologia da psiquiatria biológica é reducionista e o diagnóstico é focado apenas nos sintomas, o remédio químico irá tamponar a riqueza vivencial do paciente” (Moura, 2011, p. 185).

É importante salientar a centralidade da questão da violência estatal e sua inflexão como violência subjetiva, ligada diretamente às relações de afeto nas políticas públicas. Qual o cuidado do Estado em relação a essa demanda psicossocial?

Estas inquietações se devem à necessidade de compreender qual a produção de memória social engendrada a partir destas práticas, o que acabou por me conduzir a uma série de questionamentos quanto à maneira pela qual o Estado se relacionava com esta demanda, a inquirir quanto às alternativas de tratamento dessa população, bem como as estratégias criadas para que essas crianças e adolescentes fossem atingidos pelo poder público.

METODOLOGIA

O presente trabalho analisou 17 artigos científicos que trazem como tema central, as políticas públicas e a saúde mental infantil no Brasil. Buscaremos traçar linhas históricas e a produção da memória a cerca do tema, iniciando desde o período colonial, passando pela constituição de 88, em especial aos avanços do Sistema Único de Saúde (SUS), Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a integralidade do SUS e SUAS (Sistema Único de Assistência Social) na busca de melhores condições para o tratamento de crianças em sofrimento psíquico, até os dias atuais com a implantação dos CAPSia.

Para fundamentação e pesquisa, foram utilizados artigos científicos publicados na Biblioteca Científica Eletrônica, Scielo. No presente resumo, utilizaremos como resultados e discussão, 03 desses artigos: “A Saúde Mental Infantil na Saúde Pública Brasileira: situação atual e desafios” de Couto; Duarte e Delgado publicado em 2008 pela *revista Brasileira de Psiquiatria da UFRJ*; “A História da Saúde Mental Infantil: a criança brasileira da colônia à república velha” de Ribeiro publicado em 2006 pela revista *A psicologia em estudo*; “Ações de Saúde Mental na Atenção Básica: caminhos para a ampliação da integralidade da ação”,

3 Trata-se do corpo no pensamento de Spinoza (2007). Para ele, não há uma dicotomia, mente e corpo é uma mesma substância.



publicado em 2009 na revista *Ciência e Saúde Coletiva*.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

É fato presente nos artigos analisados, a questão da lentidão do Estado em grande parte do mundo, sobretudo no Brasil, quando se trata da criação de políticas públicas realmente transformadoras no campo da saúde mental infantil. “No contexto de diferentes países, é evidente uma marcada defasagem entre a necessidade de atenção em saúde mental para crianças e adolescentes e a oferta de uma rede de serviços capaz de responder por ela” (COUTO; DUARTE; DELGADO, 2008, P. 390). No artigo intitulado “A Saúde Mental Infantil na Saúde Brasileira” publicado em 2008, os autores supracitados postulam que “esta defasagem está presente em nações de todas as regiões do mundo, independente de seus níveis econômicos e de distribuição de renda, mas é especialmente significativa no grupo de países em desenvolvimento” (COUTO; DUARTE; DELGADO, 2008, P. 390).

Ribeiro traz em seu artigo sobre a História da Saúde Mental Infantil, que a partir da urbanização das cidades brasileiras no Séc. XVIII, surgiu a demanda por mais atenção as questões médicas, como higiene e outros cuidados, surgindo assim, uma mudança ainda que lenta, no olhar em relação a criança. Mas, que é somente no século XIX que se inicia a institucionalização dos saberes médicos e psicológicos aplicados à infância e é quando podemos obter mais registros sobre que cuidados eram reservados à criança (RIBEIRO, 2006).

Importante salientar, que é proposto por Tanaka e Ribeiro a ampliação da integralidade das ações em saúde mental na atenção básica. As discussões atuais a cerca da saúde mental correm por este território das ações que atravessam os diversos saberes e práticas na busca de criação de novas estratégias de intervenção social no cuidado com crianças em sofrimento psíquico. “Este novo paradigma permite a ruptura dos limites do setor saúde, incorporando, desta forma, a interdisciplinaridade como campo de conhecimento e a intersetorialidade como campo de prática” (TANAKA; RIBEIRO, 2009, P. 478).

CONCLUSÕES



A saúde mental infantil foi vista por muitos anos como campo de cuidado quase que exclusivo da educação. As pesquisas e publicações recentes apontam para novas direções. SUS, SUAS, MEC e tantos outros espaços que demandam uma relação em conjunto de políticas públicas destinadas as crianças em sofrimento psíquico.

Da análise realizada com os artigos científicos, podemos entender como ao longo dos séculos, a saúde mental infantil foi negligenciada pelo governo brasileiro desde as colônias no séc. XVIII até o início do séc. XXI quando foram implantadas políticas públicas como os CAPSia, por exemplo. E quantos desafios ainda tem a saúde mental infantil.

Palavras-chave: Saúde Mental Infantil. Memória. Políticas Públicas.

REFERÊNCIAS

COUTO; DUARTE; DELGADO. A Saúde Mental Infantil na Saúde Pública Brasileira: situação atual e desafios. **Rev. Bras. de Psiquiatria**, 2008;30(4):390-8.

Foucault, M. **História da Loucura: na idade clássica**. São Paulo: Perspectiva, 2012.

_____. **Nascimento da Biopolítica**. Curso dado no College de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

MOURA, Antônio. **Trair a Psiquiatria**. Vitória da Conquista, 2011.

RIBEIRO, P, R M. A História da Saúde Mental Infantil: a criança brasileira da colônia à república velha. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 11, n. 1, p. 29-38, jan./abr. 2006.

TANAKA; RIBEIRO. Ações de Saúde Mental na Atenção Básica: caminhos para a ampliação da integralidade da ação. **Ciência & Saúde Coletiva**, 14(2):477-486, 2009.